



**SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO DE BRASÍLIA
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (SMAB)
CURSO DE FILOSOFIA**

MATTEUS ROGÉRIO REZENDE DE SOUZA

**FELICIDADE SEGUNDO JULIÁN MARÍAS:
contraposta ao utilitarismo de Jeremy Bertham**

BRASÍLIA/DF

2018

MATTEUS ROGÉRIO REZENDE DE SOUZA

**FELICIDADE SEGUNDO JULIÁN MARÍAS:
contraposta ao utilitarismo de Jeremy Bertham**

Monografia apresentada ao curso de Filosofia do Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília Nossa Senhora de Fátima, como requisito parcial para a conclusão do ciclo filosófico.

Professor Orientador: Pe. Caio César Biacchi.

BRASÍLIA/DF

2018

Matteus Rogério Rezende de Souza

**FELICIDADE SEGUNDO JULIÁN MARÍAS:
contraposta ao utilitarismo de Jeremy Bertham**

Monografia apresentada ao curso de Filosofia do Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília Nossa Senhora de Fátima, como requisito parcial para a conclusão do ciclo filosófico.

Professor Orientador: Pe. Caio César Biacchi.

Aprovado em: __/__/____

Prof. Pe. Caio César Biacchi
(Orientador – SMAB)

Profa. Mestra Carmem Cecília C. Galvão de Menezes
(SMAB)

Dedico este trabalho para aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização dele. Especialmente a Ysa, pela revisão ortográfica, e ao finado professor Lacombe, que me instigou na produção.

A alma humana é uma realidade incompleta em busca daquilo que lhe falta. Por isso, felicidade é a plenitude da vida humana, ou seja, encontrar aquilo que lhe completa. (Matteus Rogério)

RESUMO

O que em si constitui a felicidade? Tendo em vista as diversas respostas dadas ao longo da história da humanidade, esta pesquisa fará o balanço de duas correntes filosóficas: a utilitária de Jeremy Bentham e a noção de instalação vetorial de Julián Marías. A felicidade utilitarista aparece muito difundida na modernidade, porém, diante da sua insuficiência, Julian Marías apresenta outra visão de felicidade mais promissora. A temática aqui será abordada no âmbito antropológico metafísico, em razão de essa problemática se apresentar como fator inerente à vida humana, pelo qual ele dirige todo seu ser. Por um lado, os utilitaristas identificaram a felicidade com o bem-estar, ou seja, com a posse de coisas externas ao homem. Portanto, a felicidade seria possível aqui nesta terra: bastaria apenas cumprir as condições para alcançá-la. Por outro lado, Julián Marías diz que a felicidade não existe neste mundo, visto que o homem quase sempre está descontente mesmo satisfazendo as condições. Por isso mesmo, a realização da pretensão vital é o que afeta toda operação unitária chamada vida e, conseqüentemente, contenta o anseio do homem pela felicidade. Portanto, felicidade não está nas coisas, mas em quem sou, porque é uma instalação vetorial, ou seja, é um atualismo de momentos, a fim de configurar a vida inteira em seu conjunto para a realização desse anseio humano.

Palavras-chave: Felicidade, utilitarista, Julian Marías, anseio humano.

ABSTRACT

What in itself constitutes happiness? In view of the various answers given throughout the history of mankind such research will take stock of two philosophical currents, the utilitarian of Jeremy Bentham, and the notion of vector installation of Julian Marias. The utilitarian happiness appears very widespread in modernity, but before the insufficiency of the same, Julian Marías presents another vision of more promising happiness. The theme here will be approached in the metaphysical anthropological scope, because of this problematic to present as an inherent factor the human life, by which he directs his whole being. On the one hand the utilitarians identified happiness with well-being, that is, with the possession of things external to man, therefore, happiness would be possible here on this earth, it would suffice only to fulfill the conditions to reach it. On the other hand, Julian Marias says that happiness does not exist in this world, since, man is almost always discontented even satisfying the conditions. For this very reason, the realization of the vital pretension is what affects every unitary operation called life, and consequently contributes to man's longing for happiness. Happiness, therefore, is not in things, but in who I am, because it is a vectorial installation, that is, it is a currentism of moments in order to configure the whole life as a whole for the fulfillment of that human yearning.

Key words: Happiness, utilitarian, Julian Marías, human yearning

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 UMA VISÃO HISTÓRICA DA BUSCA DA FELICIDADE	10
2.1 Felicidade no pensamento antigo.....	10
2.2 Felicidade no pensamento medieval	17
2.3 Felicidade no pensamento moderno	22
2.4 Felicidade no pensamento contemporâneo	25
3 A FELICIDADE UTILITÁRIA	28
3.1 O princípio utilitário de Jeremy Bentham.....	29
3.3 Prazer e dor como causa eficiente, ou meio de felicidade.....	34
3.4 Intencionalidade.....	35
4 A FELICIDADE HUMANA	37
4.1 Aplicação da felicidade utilitária no contexto contemporâneo.....	37
4.2 Felicidade segundo Julián Marías	37
4.3 A vida humana e a felicidade.....	39
4.4 Distinção entre prazer e felicidade como instalação vetorial	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser pretencioso: ele não dá razão a si mesmo. Vive fazendo planos para na vida alcançar a felicidade, a fim de preencher aquele vazio que sente no peito por algo que lhe complete. Todavia, a bendita felicidade é sempre frustrada mediante uma ânsia que não passa. Independentemente disso, percebe que existem certas coisas que lhe atraem e atraem porque lhe garantem a certeza de deleitar-se com a finalidade de sua existência.

Dessa forma, a felicidade é vista como aquele bem incondicional do homem, que dirige todas suas ações e preenche seus desejos. Logo, a felicidade aparece no homem como condição vital de sua realização. Em relação a isso, o homem, segundo seu caráter atrelado a determinado tempo e espaço, projeta sua pretensão de ser feliz dentro desse campo espaço-temporal e almeja realizá-la conforme as possibilidades desse contexto.

O homem parece carregar dentro de si essa constante invariável de excelência humana, isto é, a felicidade, como se essa fosse a razão de seu vir a ser para o qual ele tende. Por causa disso, a investigação aqui abordada se detém no processo teleológico de desdobramento do ser humano em vista da sua plenitude, a felicidade.

Essa pesquisa, portanto, fará o balanço de duas correntes filosóficas, a utilitária de Jeremy Bentham, e a noção de instalação vetorial de Julián Marías. A temática aqui será abordada no âmbito antropológico metafísico, em razão de esta problemática se apresentar como fator inerente a vida humana, pelo qual ele dirige todo seu ser. Com isso, buscar-se-á identificar a natureza da felicidade segundo esses dois autores, a fim de, apresentar a que melhor responde ao anseio humano.

A questão aqui toma demasiada relevância porque o ser humano é um ser essencialmente teleológico¹, ou seja, constantemente age conforme a um fim. Isso acontece normalmente em toda a ordem do universo, pois as coisas possuem em si mesmas um princípio de operação próprio que tende ao desenvolvimento de suas tendências naturais.

O homem, então, não foge dessa realidade, porque seu dinamismo parece ser pautado pela busca de um *bem*² que o leve ao seu *fim*³. O diferencial da natureza humana, por outro lado, diz respeito às suas condições operativas (inteligência e vontade) que o possibilitam a eleger seus fins. Nesse sentido, a felicidade é para o homem; esse fim que o leva à plenitude de seu ser, ou seja, é sua ânsia mais elevada.

Esta investigação se dá por causa da generalização abstrata da felicidade no século XX, no sentido de, que cada um entende por felicidade algo material, conseqüentemente necessita de várias coisas para ser feliz. Disso, surge a dúvida do que configuraria a natureza da felicidade. Por isso, o intuito deste trabalho é investigar o que é que de verdade o homem necessita e anseia, o que é que de verdade ele quer e espera, o que afeta toda sua operação unitária chamada vida.

¹ A teleologia é o estudo filosófico da finalidade das coisas.

² O **bem**, neste estudo, significa “aquilo que é conveniente para cada coisa porque leva à sua plenitude” (STORK, 2005, p. 37.)

³ O termo **fim**, no decorrer do estudo, será abordado como “aqueles objetivos em direção aos quais (o homem) tende e se inclina” (*ibidem*)

2 UMA VISÃO HISTÓRICA DA BUSCA DA FELICIDADE

A temática da felicidade, durante o decorrer da história humana, foi apresentada segundo variados aspectos, a fim de, chegar à conclusão do que seria a felicidade pelo perpasso histórico de tal assunto.

Conforme a divisão histórica, a busca da felicidade também pode ser enquadrada em três períodos: antigo, médio e moderno/contemporâneo. Essa divisão é estabelecida em relação a traços comuns dos pensadores em suas respectivas épocas. Tendo em vista o que fora dito, agora, será exposto como o meio, cujo indivíduo vive, proporciona, a ele, um leque da visão do que seria a felicidade.

2.1 Felicidade no pensamento antigo

No decorrer de todo pensamento helênico, a felicidade esteve muito relacionada com o bem. Isso acontecia porque, segundo os filósofos da época, toda atividade humana tende a um bem, que, por sua vez, desde o começo, está ligado ao desejo de ser feliz.

A divergência, portanto, dos bens que levariam à felicidade, distinguiria as pessoas no grupo dos vulgos e dos sábios. O primeiro grupo, dos vulgos, tende a considerar felicidade aquela realidade relacionada com o prazer, como a conquista de riquezas e honrarias. Já o outro grupo, aponta a felicidade como posse de algo que está privado, tal como a saúde, quando doente e a riqueza, quando pobre.

Dentro disto, o ideal helênico de plenitude das coisas, também, é o que mais contribui para a noção de felicidade dos antigos. Dessa forma, para melhor entender o pensamento grego, vale ressaltar o comentário de Julián Marías, quando

disse que “algo que não dura não pode ser chamado de felicidade (...) [_visto que_] a felicidade requer uma virtude perfeita, uma vida inteira” (MARÍAS, 1989, p.78). A felicidade grega, nesse sentido, é abordada por dois de seus principais filósofos.

2.1.1 A felicidade segundo Aristóteles

Dentro de seu pensamento, Aristóteles considera a existência de dois pontos importantíssimos para a felicidade. Entre eles, a de que a felicidade se identifica com a posse daquilo que está privado. Enquanto o outro ponto é a autarquia, ou seja, a suficiência de um bem que basta a si mesmo.

Antes de desenvolver esses pontos, o filósofo deixa claro a diferença entre privação e carência. Privação diz respeito a não ter algo que lhe pertence ou que lhe seja necessário. Já a carência está relacionada com não ter algo que deseja. Ambas as colocações demonstram que a felicidade é uma realidade ligada à alma do sujeito, entretanto, o primeiro conceito, o de privação, apresenta uma dimensão essencial ao homem, enquanto o de carência parte da vontade de algo que lhe seja externo e dispensável, mas desejável.

Visto essa diferença e ainda aliado àquela ideia de bem, a felicidade aparece aqui como a posse daquilo que está privado. Neste sentido, felicidade é algo que completa o homem, ou seja, o bem cujo qual ele ainda não tem, mas necessita. A importância deste ponto é o fato de que esse bem, privado da pessoa, diz respeito à própria essência dela. Consequentemente, a carência desse é a causa da desconstrução da unidade interior da pessoa, ou seja, do descontentamento.

De forma exemplificada: uma doença que limite o sujeito de exercer todas as suas capacidades mentais privaria o homem da felicidade, porque lhe é próprio realizá-las plenamente. Mesmo assim, foge a esse argumento, a noção de que

quando se chega à posse dessa privação, o bem que antes lhe era privado, deixa de virar um gozo ao sujeito, visto que, perde o valor agregado de proporcionar felicidade.

Já o segundo ponto da autarquia, por sua vez, demonstra que o homem busca o que basta por si mesmo e não exige outra coisa. Isso é a afirmação de uma gradualidade de bens, na qual, os bens que bastam a si mesmo são os mais elevados. De modo exemplificado: um homem que busca a aquisição de um automóvel pretende, com ele, a facilidade de deslocamento, com isso, pretende, também, não perder tempo com o transporte público, da mesma forma que deseja mais conforto em suas viagens. Por outro lado, sabe que comprar um carro é um bem, porque lhe possibilita sair com a família, e assim sucessivamente. Com isso, conclui-se que, na verdade, o desejo desse homem é ser feliz e esse bem é, por consequência, o meio para o respectivo fim.

Como visto acima, podemos findar que, para Aristóteles, a felicidade não é um hábito, nem uma disposição, pelo contrário, é uma atividade independente de qualquer coisa fora de si.

Isso ele afirma porque evidencia a realização de uma atividade chamada práxis, na qual um governante necessita do povo para exercer o exercício de governar, assim como um flautista precisa da flauta para tocar. Diferentemente disso, a atividade chamada theoria se assemelha a atividade divina, que, em si, não depende de algo exterior, como, no homem, a capacidade de pensar.

Assim, a felicidade do homem estaria em executar justamente a atividade mais elevada: o exercício da razão.

2.1.2 Felicidade segundo Platão

A felicidade está diretamente relacionada com o que é próprio de cada ser e com a autenticidade de viver coerentemente com o princípio de operação

anteriormente falado. Esse é o centro da felicidade platônica, na qual o foco tange a natureza humana, porém, em uma vertente diferente da aristotélica.

Para Platão, o aspecto moral é o mais importante para a felicidade, pois o pressuposto de todo seu argumento está na consideração do homem como um ser essencialmente social. Ou seja, o homem encontra-se preocupado com o bem comum do Estado em que vive, por isso, a felicidade estaria em alcançar esse Bem, que é comum a todos os homens. Dessa forma, a problemática que impulsiona o homem na busca da felicidade é o seu questionamento de como deve viver bem.

Dentro deste questionamento, “a verdadeira ‘felicidade’, segundo as reflexões ético-políticas dos livros centrais da República, reside na forma de existência consagrada ao conhecimento do Bem” (SANTOS, 2001, p. 20). Isso acontece porque Platão identifica a existência de uma ordem natural no universo, onde cada um vive de forma harmônica, seguindo o bem do próprio ser e das coisas. Essa correspondência da vida com o bem caracteriza a felicidade platônica.

Porém, aliado a isso, ocorre à infelicidade, que é o perigo constante da vida, pois a infelicidade seria justamente o temor de assumir o bem intrínseco, aquele segundo a natureza do ser. Do mesmo modo, viver segundo desejos impossíveis, os quais não se pode executar, desencadeia a infelicidade também, visto que, o homem alimentaria em si uma finalidade que seria incapaz de alcançar, pelo fato desse desejo não se encontrar dentro de suas possibilidades. Portanto, essa seria a causa da infelicidade para Platão: tentar viver contra a natureza ou em uma realidade fora dela.

De forma mais clara, o homem não alcançaria a felicidade se tentasse viver como um peixe, por exemplo. Mesmo que aja como um, interiormente não conseguiria manter tais atitudes por muito tempo. Além do mais, mesmo que seja com auxílio de instrumentos de mergulho, o homem não consegue respirar embaixo d’água, visto que tal característica não corresponde a sua natureza.

2.1.3 Felicidade segundo o epicurismo

A filosofia epicurista tem como pressuposto os fenômenos naturais, porque lhe importa somente a tranquilidade da alma. O epicurismo, neste sentido, está de acordo com a teoria atomista e mecanicista de Demócrito, onde a realidade, inclusive a alma, é constituída por um conjunto de matéria (átomos), e por isso, finita. Conseqüentemente, o ideal do homem seria afastar-se dos temores transcendentais/metafísicos para apreciar os intentos prazerosos da vida.

Com isso, a noção da felicidade, aqui, aparece relacionada com a “libertação da necessidade, da dependência, da inquietação, das paixões” (MARÍAS, 1989, p.89.), a fim de “evitar a dor e o que incomoda” (MARÍAS, 1989, p.89.). Dessa forma, o autor diz que o homem epicurista busca ter na vida uma imperturbabilidade (chamada de ataraxia), para alcançar uma vida de serenidade, a fim de ter uma alma calma. Isso, portanto, é o que leva o sujeito não somente a aguentar as dores da vida, mas também a distinguir, com equilíbrio e moderação, os exageros.

Sabendo disso, Guilherme Fortes (2013) afirma que a felicidade (epicurista), na sua forma mais elevada, seria alcançada por meio do conhecimento do funcionamento do mundo e da limitação dos desejos. Porque o homem encontrar-se-ia dono de si mesmo e desses desejos naturais que o atraem, assim, por meio da ataraxia, ele não seria levado por diversas paixões que perturbam a sua alma. Por causa disso, a vida feliz, segundo o epicurismo, seria viver segundo as verdadeiras necessidades da alma, simplesmente.

Esse aspecto, da vida simples, é o que diferencia a felicidade epicurista da hedonista. Epicuro identificou que, na busca da felicidade, o homem se perdia em meio à variedade de bens que o apeteçiam, isso fazia com que a alma humana nunca ficasse quieta. Por conta disso, esse filósofo evidenciou as três verdadeiras necessidades da alma humana, entre elas está a amizade, a liberdade e a vida bem-

analisada, ou seja, refletida. Essas necessidades constituem a razão do homem buscar algum bem e estão como plano de fundo a todos os outros quererres da alma.

Diferentemente disto, CASTRO (2013) evidenciada a visão hedonista de felicidade, que frequentemente é confundida com a teoria epicurista.

[...] o epicurismo não se confunde com o hedonismo, posto que deste se define não apenas por visar a felicidade e o prazer duradouro – como a boa conversa, a música e a contemplação das artes – em detrimento dos prazeres imediatos – advindo da explosão das paixões e que resultam em dor e sofrimento –, mas também por almejar a ausência de dor – física, emocional e psicológica – como o maior de todos os prazeres, além de pregar que a forma mais acertada de se obter a felicidade é mediante uma vida simples; enquanto que o hedonismo tem no prazer ‘lato senso’, como único valor intrínseco.

Esse trecho evidencia que a felicidade epicurista está nos prazeres duradouros, diferentemente da felicidade hedonista. Assim, a busca por esse prazer é dada mediante o desejo último de ser feliz (verdadeira necessidade humana). A ausência de dor na vida, neste sentido, é, para Epicuro, a expressão última do prazer, pois a dor atrapalha a tranquilidade da alma que o ser humano necessita para ser feliz. Dentro disso, a causa de maior angústia e preocupação, para esse filósofo, é o de que entidades divinas interferem na vida das pessoas, o temor religioso.

Portanto, para ser feliz, o homem deve afastar-se destes seus temores da morte, a fim de, tranquilizar a alma do medo de ser atormentada na eternidade, pela forma como viveu durante a vida física. Por isso, a felicidade deve ser buscada naqueles desejos inerentes a natureza humana, “cuja satisfação há de interagir com o âmago do ser, aprimorando este e lhe concedendo a derradeira felicidade” (CASTRO, 2013). Ou seja, a felicidade não está na espera de uma felicidade metafísica, nem na necessidade de recorrer às divindades. A felicidade epicurista, então, é por meio das sensações, com o intuito de obter a ausência de dor.

2.1.4 Felicidade Estoica

Para o estoicismo, a lei de ouro reside na aceitação dos fenômenos, de bom grado, sem resistência ou menosprezo. Enquanto que, a infelicidade seria a revolta com os acontecimentos que fogem à vontade humana.

Este “amor ao destino”, que os estoicos carregam, é dado mediante o modo como eles se relacionam com a realidade. Para eles, o mundo é composto de duas realidades, a material, desempenhada por todos os seres, e que cumpre um papel de princípio passivo, ou seja, segue os efeitos da outra realidade, o logos. A outra, por sua vez, corresponde ao princípio ativo do mundo, cuja função é animar, conectar e coordenar toda a matéria. Porém, o logos é um arquétipo de divindade, que é imanente, permeia e se confunde com a matéria, ou seja, não está fora dela (por isso é um arquétipo, e não propriamente uma divindade). Mesmo assim, sem transcender, este arquétipo de divindade integra intimamente, e de forma indissociável, a totalidade material.

Dessa forma, tudo que acontece é bom, pois existe um propósito maior que conflui para a ordem das coisas. Por causa disso, os estoicos acreditam que a felicidade reside na aceitação dos acontecimentos da vida, porque eles são a manifestação do propósito maior, para o Bem. Assim, a felicidade aqui é diferente da satisfação dos desejos e da vontade humana, porque bastaria que um desejo não fosse realizado para que um indivíduo não fosse feliz.

Ou seja, os estoicos alegam que a felicidade de Epicuro está na concretização de um desejo. O problema é que nem todo desejo pode ser realizado, logo, o homem dificilmente seria feliz, devido ao fato de constantemente desejar algo a mais. Isso quer dizer que é próprio do homem desejar, mas nem sempre concretizar sua vontade. Por isso, a felicidade não pode ser associada com a realização dos

desejos, pois nem sempre o homem é capaz de concretizar seu desejo. Este estado de não alcançar o desejado constitui, para Epicuro, a infelicidade.

Além dessas colocações, dentro de sua teoria da felicidade, os estoicos dividem os atos humanos em dois. Primeiro existem aqueles atos que são dependentes da ação humana, por outro lado, também há aqueles atos que não dependem da vontade humana para acontecer, esses, por sua vez, seguem a ordem da natureza, ou seja, o destino.

Do mesmo modo, as coisas que acontecem são divididas segundo três critérios: boas, más e indiferentes. As coisas boas, como diz CASTRO (2013), caracterizam as ocorrências que dependem da atuação das pessoas e que visam à realização da felicidade. Já as coisas más são “aquelas que dependem da atuação das pessoas para acontecerem, mas que devem ser evitadas, posto que acarretam em dor e sofrimento” (CASTRO, 2013). Além disso, as coisas indiferentes “independem da atuação, ou da vontade humana para ocorrerem, e, portanto, não devem ser objeto de preocupação” para o sujeito.

Tendo em conta essas divisões, a infelicidade estoica corresponde a essa preocupação com as coisas indiferentes à vontade humana, ou a quando o sujeito não tenta evitar as coisas más de acontecerem. Nesse sentido, para ser feliz, deve-se aceitar o que não se pode mudar e abster-se das coisas más, que são possíveis de serem evitadas.

2.2 Felicidade no pensamento medieval

Durante a idade média, o pensamento preponderante era a corrente filosófica cristã, por causa disso, a noção de felicidade estava muito atrelada à promessa cristã de felicidade. Entre tantos autores, destaca-se a contribuição de

Santo Agostinho, assim como de São Tomás de Aquino. Eles concordam com a “infelicidade intrínseca de uma vida que termina, por muito feliz que pareça” (MARÍAS, 1989, p.119).

Santo Agostinho e Santo Tomás concordam entre si que a felicidade somente é plena na vida eterna. Com este comentário, o autor Marías, relaciona a felicidade medieval com a imortalidade da alma. Disso decorre que a felicidade não é a satisfação de um desejo, nem a conformidade com o destino, visto anteriormente. Aqui, a felicidade é a atualização das potências da alma, de acordo com Santo Tomás; e a concretização da ideia divina, para Santo Agostinho. Mas mesmo com tais feitos, a felicidade plena somente é possível encontrar na vida eterna, tendo em vista que essa não se apresenta nas contingências das coisas desta vida.

Dessa forma, como anteriormente fora apresentado, o pensamento antigo acrescentou a ideia de felicidade à noção de permanência e de autenticidade. Já o pensamento medieval, tratou principalmente da questão futurista da felicidade, ou seja, de como a felicidade se enquadra dentro de um projeto de vida, até que se chegue à plenitude dos bens, que, no decorrer da vida, foram alcançados. Isso acontece porque a promessa cristã se dá mediante ao modo de vida buscado durante a vida terrena. Assim, a correspondência do grau de felicidade na vida futura será equivalente a que o sujeito buscou durante a vida.

Nesse sentido, a noção de felicidade cristã baseia-se em dois pilares. Primeiro de que existe um fio condutor da vida, uma esperança de ser feliz, e por causa disso toda a vida é configurada a essa esperança, a qual sempre faz referência ao futuro. O segundo pilar diz que a felicidade sempre estará em conexão com algo próprio, isso quer dizer que existe uma conexão da vida futura com a vida terrena. Ou seja, a vida esperada é continuidade da vida já vivida, só que na sua plenitude. E da

mesma forma que os antigos, essa felicidade é particular, porque nenhuma pessoa vive da mesma forma que a outra.

Portanto, os bens que apetecem a um são distintos do de outra pessoa, de modo que, refere-se especificamente a essência de cada sujeito. Mesmo assim, existe uma hierarquia de bens, e todos convergem para um único fim, e um mesmo desejo: o Bem supremo, ou melhor, a felicidade.

2.2.1 Felicidade segundo Santo Agostinho

Dentro da teoria agostiniana, a posse de Deus é a resposta para o problema da felicidade. A alma humana é uma realidade incompleta em busca daquilo que lhe complete. Isso quer dizer que a felicidade é a plenitude da vida humana, ou seja, encontrar aquilo que lhe falta. Essa realidade, por sua vez, para Santo Agostinho, só pode ser alcançada por meio do auxílio da graça divina, porque é justamente o Ser divino (Deus) que lhe falta, que lhe completa.

Neste processo de interioridade, os esforços meramente humanos são falhos, porque a felicidade, para Santo Agostinho, não é simplesmente uma atitude, não é apenas uma ação, pelo contrário, para este filósofo cristão, a felicidade é um estado da alma, um encontro dessa com o que lhe completa. Por causa disso, Deus é o auxílio que leva a alma à sua completude, justamente porque ele mesmo é o Sumo Bem, Ele é a realidade que causa a perfeita plenitude da alma.

A felicidade é o fim de todo homem; é o fim da vontade humana. Agostinho nos ajuda a compreender esta concepção na medida em que tomamos o homem como um ente decaído, afastado de Deus e desejoso de voltar a si mesmo e, dessa forma, assemelha-se novamente a Deus, seu criador. Isso ocorre apenas por meio do processo de conhecer e amar que o leva à felicidade perfeita, que está em Deus mesmo. Assim, sem dúvida, chega-se ao sumo bem. (SANTOS, 2016, p. 63)

O artigo, de Danilo Santos, sobre a de *beata vita* de Santo Agostinho, deixa explícito que o conhecimento do papel do homem, nesta busca da felicidade, também é importante, devido ao fato do sujeito somente querer o que conhece. Esse princípio básico da filosofia, salienta, em Santo Agostinho, que a razão da vida está nessa jornada de buscar o verdadeiro bem que completa a alma. Além do mais, essa jornada acontece dentro de cada indivíduo, pois mais do que buscar nas coisas, a verdadeira felicidade está no encontro do próprio Deus que reside na alma do sujeito. Por isso, as coisas, por si, pouco dizem respeito à felicidade, e somente ajudam nesta busca quando levam o sujeito ao encontro de Deus.

Para tal feito, a contemplação da verdade é o meio pelo qual o homem alcança a felicidade, porque assim ele conhece a verdade de si mesmo, das coisas e de Deus. Sucessivamente ele irá descobrir como “discernir aquilo que deve fazer para que essa felicidade aconteça plenamente” (SANTOS, 2016, p. 66). Com isso, Agostinho conclui que, somente por meio desta busca da verdade incessante é que o sujeito chegará à felicidade.

2.2.2 Felicidade segundo Santo Tomás de Aquino

Segundo esse pensador, a felicidade está atrelada a vida humana em sua totalidade. Ou seja, tanto atinge a alma como o corpo, de modo a não considerar essas realidades humanas de forma separada, mas interligadas e em referência entre si. Portanto, a totalidade do ser é a complementaridade do corpo e da alma, porque isso constitui a realidade própria da vida humana.

Mesmo assim, para São Tomás, “o ser do homem consiste na alma e no corpo, e, embora o ser do corpo dependa da alma, o ser da alma não depende do corpo [...]. Consequentemente, todos os bens do corpo se ordenam para os da alma, como para o fim” (AQUINO, 2003). Por causa disso, o santo já falava que cada indivíduo alcança esse fim mediante a sua natureza, entretanto, todas as criaturas

possuem o mesmo fim último, que é Deus. Sabendo-se disso, o homem, também, é uma criatura que possui um fim, que, por sua vez, corresponde a sua felicidade. E conseqüentemente, para o ser humano, a felicidade é a própria vida em Deus.

No caso do homem, este encontro com a sua felicidade se dá na contemplação da essência divina, por meio do exercício de suas capacidades intelectuais. Estas capacidades tendem a levar o homem a buscar o que lhe sacia, em realidades mais espirituais que materiais, conseqüentemente, a felicidade humana tem o diferencial de transcender a própria natureza. Isso acontece porque o sujeito, em si mesmo, possui inclinações naturais que são regidas pela sua inteligência e por sua vontade, essas direcionam o sujeito a bens que correspondem a sua essência, no intuito de retornar a Deus. Porém, cada pessoa possui o livre arbítrio para escolher os bens que, de fato, lhe apetecem.

A liberdade, então, explica o fato de que nem sempre o homem age em vista deste fim último, que é Deus, mesmo assim, o sujeito continua a procurar a felicidade. Por causa disso, Santo Tomás diz que é o fim último que garante o sentido de todos os fenômenos que ocorrem na vida de cada indivíduo. Isso o diferencia de Aristóteles, porque o filósofo antigo considerava uma felicidade meramente material, mas o santo apresenta a transcendentalidade da felicidade. Dessa forma, existiriam dois graus de felicidade, a perfeita, encontrada na vida futura de união com Deus, e outra imperfeita, pela posse dos efeitos da essência divina nesta vida.

Deste modo, na vida, há a busca pela felicidade ativa, encontrada nas virtudes sociais e a busca pela felicidade contemplativa, destinada a virtude da sabedoria. Essa última é o meio mais perfeito do homem encontrar a felicidade aqui nesta terra e já se preparar para a vida futura. Com isso, o Doutor Angélico conclui que “a bem-aventurança é o último fim, para o qual naturalmente tende a vontade humana” (AQUINO, 2003, p. 63.).

Todo o seu querer e toda a sua vontade é ordenada por meio da virtude da sabedoria, pois essa revela ao sujeito o verdadeiro desejo de sua alma. Da mesma

forma, tal teoria, sobretudo, quer revelar que a felicidade não consiste em um bem corruptível, mas naquilo que está propriamente voltado para a eternidade. Visto que, a bem-aventurança constitui “um bem incriado que satisfaz perfeitamente a vontade humana” (OLIVEIRA, 2011, p. 8).

Portanto, para São Tomás de Aquino, felicidade não é, nem muito menos uma coisa, nem somente esta vida. Mas quer dizer uma vida toda, plena, que começa já aqui nesta vida contingente, e culmina-se perfeitamente na eternidade.

2.3 Felicidade no pensamento moderno

Dentro da modernidade não existe uma linha unânime de pressupostos sobre o que propriamente constitui a felicidade. Por isso, grande parte dessa diversidade deu-se à questão da escrita, pois até a idade medieval a maioria dos textos eram escritos em latim. Por causa disso, existia uma homogeneidade entre os termos utilizados.

Já na era moderna, os ensaios filosóficos passaram a ser escritos na língua vernácula. Isso fez a palavra felicidade tomar outros significados, dependendo da língua em que for escrita. Por isso, aqui será abordado propriamente o que os autores mais relevantes falaram sobre a felicidade.

2.3.1 A felicidade segundo Descartes

A felicidade, para Descartes, em sua plenitude, é a beatitude. Para ele, existe uma ordem natural estabelecida por Deus, e o homem, por sua vez, ao seguir essa ordem natural, encontra a satisfação do seu espírito.

Assim, a felicidade é a busca dessa satisfação do espírito (chamada por ele de beatitude), essa se encontra no contentamento de possuir o bem-supremo, e esse, por sua vez, diz respeito a seguir essa “natura rerum” (a natureza das coisas).

Segundo MARÍAS (2014, p.125) “a felicidade, neste sentido, é um estado de ânimo, estar completamente contente e satisfeito, independentemente do que aconteça, do que venha de fora.” De forma clara, então, o bem-supremo não é propriamente seguir a natureza humana, mas a ordem do mundo.

2.3.2 A felicidade segundo Pascal

Para Pascal, é a “capacidade futura” do homem que o faz viver, ou seja, essa capacidade projetiva de antecipar o porvir. O filósofo diz que “o passado e o presente são nossos meios; só o porvir é o nosso fim. Assim, nunca vivemos, só esperamos viver; e dispendo-nos sempre ser feliz, é inevitável que não o sejamos nunca” (MARÍAS, 2013, p. 127).

Dessa forma, a felicidade, para o autor, encontra-se no fim desta trajetória, porém, se assim o é, logo, nunca o sujeito alcançará tal fim nesta vida, portanto nunca será feliz. Isso quer dizer que a felicidade é impossível e justamente por essa sua capacidade “futura” é que a felicidade é excluída da vida do homem, visto que “o presente nunca é nosso fim” (MARÍAS, 2013, p. 127).

2.3.3 A felicidade segundo Spinoza

Para este filósofo o desejo é a essência do homem, por causa disso identifica a felicidade com a virtude, porque essa leva o homem ao correto uso de seu anseio, ou seja, não ser levado por paixões momentâneas.

Assim, Spinoza mesmo diz que “a felicidade não é prêmio da virtude, é (por outro lado) a virtude mesma, e não gozamos dela porque reprimimos os impulsos

viciosos; ao contrário, porque gozamos dela podemos reprimir os impulsos viciosos” (MARÍAS, 2013, p. 129). É dessa forma, portanto, que o homem é feliz pelo correto desejo das realidades que o apetece.

2.3.4 A felicidade segundo Leibniz

Em Leibniz, a felicidade é a perfeição da pessoa segundo o plano de Deus. Deus quer que os homens sejam felizes, e só Ele pode conceder ao homem tal perfeição, porque “a verdadeira felicidade consiste no amor de Deus, porém em um amor esclarecido, cujo ardor esteja acompanhado de luz” (LEIBNIZ, 1969, p. 27).

Por causa disso, a felicidade, aqui, aparece como um constante progresso, “não é um estado satisfatório imóvel” (MARÍAS, 2013, p. 132). Por meio do amor, o homem vai identificando as perfeições da vida, da mesma forma que, por meio dele, o sujeito encontra a felicidade. O amor, em Leibniz, tem um papel fundamental, pois é ele que faz ao homem “experimentar uma antecipação da felicidade eterna” (MARÍAS, 2013, p. 132) já nesta vida.

2.3.5 A felicidade em Fichte

Fichte diz que o centro da vida é o amor, e que a vida, simplesmente por ser vida de alguém, já configura a felicidade. Então, para que o ser humano seja feliz, ele deve viver de forma plena sua vida, desde que seja autêntica.

Para este filósofo, a vida autêntica é a condição própria da felicidade, porque “a vida é ela mesma a felicidade, desse eu. Não pode ser de outro modo, pois a vida é amor, e toda a forma e força da vida consistem no amor e brotam do amor” (MARÍAS, 2013, p. 134). Além disso, “o amor é contentamento consigo mesmo, alegria de si mesmo, vida, amor e felicidade são em absoluto uma e mesma coisa” (MARÍAS, 2013, p. 134).

Com isso, o pensamento moderno, mediante sua imensa variedade de autores, influenciou fortemente a idade contemporânea, porque serviu de base para o tema da felicidade ser discutido posteriormente.

2.4 Felicidade no pensamento contemporâneo

A fim de facilitar as leituras deste período, aqui serão expostas algumas características comuns dos filósofos da época, devido à imensidade de pensadores. Mesmo assim, será dado enfoque ao pensamento de Nietzsche, devido às sérias consequências na atualidade.

Entre as diversas teorias influentes do período contemporâneo, a famosa expressão *carpe diem* (desfrutar o dia) identifica a felicidade com o prazer, e a virtude, por se oposto disso, aparece aqui, como contrária à felicidade. Neste ponto, a pessoa é, em si mesmo, boa e inocente, por isso deve buscar viver conforme essas inclinações naturais. A virtude e a moral, por outro lado, representariam a repressão desta natureza humana. Além do mais, toda a preocupação do homem estaria vinculada ao cuidado do corpo, visto que não existe nada além disso; da mesma forma, a preocupação com o futuro não interessa, o que importa é desfrutar do agora.

Outra característica deste período, a ser destacada, é a postura pragmática do interesse. O homem possui uma postura de moderação dos interesses, no qual, o fim almejado não é, nada mais, que ele mesmo. Isso desemboca no que melhor será abordado no capítulo seguinte, o bem-estar. Neste ponto, a felicidade é confundida com os pré-requisitos genéricos e impessoais, no qual visa simplesmente à segurança de uma vida sem dor e sofrimento, ou seja, a qualidade de vida.

Mesmo assim, outro ponto característico da modernidade é a excessiva preocupação com o dinheiro, pois a felicidade do homem está nos seus recursos,

pelos quais ele pode conseguir quase tudo. Por fim, os filósofos da época contemporânea defendem que, para ser feliz, é preciso que o homem domine e que esteja acima dos outros.

2.4.1 Felicidade segundo o niilismo

Para Nietzsche, a vida carece de sentido e a felicidade, por sua vez, é impossível, visto que não existe. Isso acontece porque, na base de seu pensamento, encontra-se a teoria do nada, nessa, o autor diz que não existe nada que seja o destino da vontade humana, ou seja, não há um fim determinado a qual o ser do homem tende a chegar. Disso decorrem diversas consequências para a felicidade.

Viver é, primeiramente, para o homem, um desespero, porque não existe, para ele, uma “objetividade de conhecimento” (STORK, 2016, p. 178), visto que, a hierarquia de bens não é mais defendida objetivamente. Isso quer dizer que, a verdade não é tão clara, pelo contrário, o sujeito que melhor apresentar o seu bem atrairá os outros para ele.

Entre tanta variedade, o homem “não sabe (qual é) a sua própria grandeza” (STORK, 2016, p. 178), ele é um nada no universo e isso lhe causa o desespero. Da mesma forma, o homem não é o dono de seu destino, pois existe um “elemento irracional”, que é responsável pelos acontecimentos da realidade, fazendo que, de modo impessoal e cego, cada ser receba as felicidades ou desgraças da vida. Tal feito é denominado de destino e esse, por sua vez, coloca o homem numa atitude pessimista perante a vida, já que as coisas não podem, por ele, ser mudadas. Consequentemente, cabe a cada pessoa buscar diminuir a dor perante os acontecimentos com alguma compensação.

Além do mais, no mundo não há nada que mereça ser celebrado, pelo fato de que tudo está perpassado pela dor, a essa realidade é dado o nome de fatalismo. Da mesma forma, o homem, aqui, vê a realidade como uma espécie de representação

teatral, cuja qual não tem lógica. Mesmo assim, ele o tem de viver, pois a vivência social o obriga a isso, portanto, a vida é um absurdo, porque falta sentido. Conseqüentemente, desencadeia também a “degeneração do interesse (pessoal)” (STORK, 2016, p. 179). O homem então se torna cínico, pois não existe interioridade, logo, a vida na realidade não é autêntica e, por isso, toda relação pessoal se torna apenas questão de interesse.

Por fim, o niilismo “postula que o esforço para conseguir bens árdios sempre resulta em fracassos” (STORK, 2016, p.180), por causa disso, não vale a pena este esforço de viver segundo uma vida futura. Tal tese constitui a visão pessimista da felicidade, portanto, para essa, o desengano, a desilusão e a amargura são melhores do que fantasiar uma vida feliz, por causa disso, a única felicidade estaria na compensação. Tendo em vista a falta de sentido e a desilusão da vida, o niilismo cai na embriaguez, estado que busca a euforia, para contrastar com a infelicidade desta vida sem sentido.

Conclui-se, com isso, que essas noções, modernas e contemporâneas, compõe a linha guia do pensamento da atualidade. Mesmo assim, entre tantos filósofos aqui expostos, existe uma corrente que se destaca no tema da felicidade, atualmente. Essa corrente é o utilitarismo e será apresentada no capítulo seguinte.

3 A FELICIDADE UTILITÁRIA

Dentro desta busca pela essência da felicidade agora será tratado especificamente da teoria utilitarista, mediante o fato de que este pensamento se encontra emaranhado no imaginário (senso comum) contemporâneo.

Até aqui, então, pode-se observar que na antiguidade havia um ideal de felicidade comum, relacionado com as virtudes do homem perante a sociedade. Já na idade medieval o tema da felicidade aparece mais vinculado ao aspecto transcendente do homem, cujo qual só alcança em plenitude numa pós-morte.

A modernidade por outro lado, se destaca por sua variedade de respostas ao problema aqui colocado, tornando-a assim, algo subjetivo, não mais ligado a essência humana. Por fim, a contemporaneidade culmina na afirmação de que a felicidade é impossível para o homem, mediante o fato de ser ligada a um futuro que nunca chega. Por isso, o indivíduo deve-se contentar com as compensações da vida, ou seja, viver num estado em que não se questione sobre a felicidade, mas apenas se satisfaça com suas condições, ou seja, o que a proporcionaria.

Dessa forma, para entender melhor a razão pela qual a felicidade utilitária proliferou-se no século XXI tomar-se-á o pensamento de Jeremy Bentham, no intuito de conhecer o princípio utilitário que por ele fora proposto.

3.1 O princípio utilitário de Jeremy Bentham

Para Jeremy Bentham⁴ o ser humano é regido por dois fundamentos, o da *dor* e o do *prazer*. O primeiro fundamento, serve como norma do que é certo ou errado; por outro lado, o segundo tende a evidenciar a gradualidade com que o homem se inclina para as coisas (bens).

Assim, tais fundamentos ditam toda e qualquer realidade humana. Além disso, segundo estes, o objetivo da vida é “constituir o edifício da felicidade” (BENTHAM, 1789, p.09). Isso acontece quando o sujeito segue os fundamentos citados. De modo claro, ao fugir da dor, a pessoa busca a felicidade, pois tem como valor que tudo que lhe causa sofrimento é contrário a felicidade, ou seja, errado. Da mesma forma, sendo o prazer um valor correto (segundo o fundamento da dor), tudo aquilo que vise o prazer aproxima o homem da sua felicidade, pois essa seria a causa de buscar a felicidade, assim como a felicidade é útil porque lhe gera prazer. Logo, o que mais lhe gera esse efeito, será o que a pessoa mais buscará.

Em seguida, “por princípio da utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo...” (BENTHAM, 1789, p.10). Isso o autor diz sem nenhuma reserva e aplica a toda realidade humana, porque, para ele, esses fundamentos são intrínsecos ao homem, de modo que, geralmente estes o seguem sem necessariamente conhecerem o princípio da utilidade. Essa mesma condição é o que orienta as ações do ser humano contemporâneo, que de modo explícito, busca consideravelmente aumentar o seu bem-estar.

Com isso, o esclarecimento de alguns critérios básicos é fundamental para a compreensão deste pensamento. Aqui quando se fala em *utilidade* quer designar

⁴ “filósofo, jurista e um dos últimos iluministas a propor a construção de um sistema de filosofia moral, juntamente com J. Stuart Mill e James Mill, foi tradicionalmente considerado como o difusor do utilitarismo.” (Disponível em: <https://pt.m.wikipeedia.org/wiki/Jeremy_Bentham>. Acesso em: 7 fev. 2018.

“aquela propriedade existente em qualquer coisa (bem)... em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer ou felicidade” (BENTHAM, 1789, p.10). Da mesma forma, quando Bentham fala em *interesse do indivíduo*, ele se refere a “tudo aquilo que tende a aumentar a soma total dos prazeres, ou então...quando tende a diminuir a soma total de suas dores” (BENTHAM, 1789, p.10). Tais princípios são para o autor tão recorrentes a natureza da pessoa humana, que até as correntes contrárias ao princípio da utilidade os apresentam.

3.2 Três princípios valorativos do anseio humano pela felicidade.

Os princípios valorativos são os sentimentos internos responsáveis por “iniciar as operações mentais” (PICOLI, 2010, p.11) que nos levam a “aprovar um determinado tipo de ação” (PICOLI, 2010, p.11), portanto, é por meio destes que o homem busca determinar o que lhe orienta para a felicidade.

Assim, cabe agora falar sobre esses princípios valorativos porque o que se espera deles é a sua capacidade de servir como critério externo para as convicções internas, a fim de as ordenar e orientar para a aprovação ou desaprovação. Para isso então são distintos três princípios, o *princípio utilitário* anteriormente descrito, o *princípio do ascetismo* e por fim o *princípio da simpatia e da antipatia*.

3.2.1 Princípio do ascetismo

O princípio do ascetismo corresponde a uma das doutrinas contrárias ao utilitarismo, porém que se baseia no mesmo fundamento, o da dor e do prazer. Nesta, ocorre a mesma balança de juízo, a qual a moral está na aprovação ou reprovação do que favorece ou reprova a felicidade. Neste sentido, o ascetismo é contrário do

utilitarismo, justamente porque, segundo Bentham (1974), “aprova as ações na medida em que estas tendem a diminuir a felicidade”⁵. Quanto a sua visão corresponde ao ascetismo o autor comenta:

A Divindade é um Ser de infinita benevolência; ora, um Ser dotado de benevolência mais comum tem prazer em ver que outros se tornam tão felizes quanto seja possível; por conseguinte, um caminho para agradar à Divindade consiste em tornar-nos tão infelizes quanto seja possível. Se alguém lhes perguntasse que motivo poderiam encontrar para todas essas práticas, responderiam nestes termos: Não deveis imaginar que estejamos punindo a nós mesmos por nada, bem sabemos o que temos em vista. Deveis saber que por cada grão de dor que suportamos agora, logo mais teremos cem grãos de prazer. É que Deus se compraz em ver que nos maceramos no presente, pois Ele mesmo nos disse isto. Todavia, é feito apenas para tentar-nos, para ver como nos comportamos, o que evidentemente não poderia saber sem fazer a experiência. Ora, da satisfação que Ele tem em ver que nos fazemos tão felizes quanto possamos na vida presente temos uma demonstração segura da satisfação que Ele terá em ver-nos tão felizes quanto ele nos possa fazer em uma vida vindoura. (BERTHAM, 1974, p. 14: nota de rodapé do autor).

Com esse comentário Bertham afirma que, o princípio do ascetismo foi cunhado para combater os prazeres momentâneos que futuramente podem causar proporcionalmente mais prejuízo que prazer. Isso quer dizer que, o princípio do ascetismo, seria construído em cima duma aplicação errônea do princípio utilitário, ou seja, favorecer apresentar a dor como meio de felicidade. Por isso, configuraria uma teoria equivocada, porque produz no homem o amor pela dor, portanto, é contrário a natureza humana e afasta o indivíduo definitivamente da felicidade.

⁵ Vale lembrar que, na teoria utilitarista, as ações eram aprovadas na medida em que aumentavam a felicidade.

3.2.2 Princípio da simpatia e da antipatia

Já este princípio leva em conta o sentimento de aprovação do indivíduo, portanto, o critério de discernimento moral aqui é a intencionalidade do sujeito em considerar algo válido ou reprovável. Dessa forma, o critério de orientação para os atos humanos passa a ser as tendências internas da pessoa.

Segundo Bentham, o princípio da antipatia “constitui a causa de uma ação que se espera causadora de efeitos bons, porém, isto não faz que a antipatia seja um fundamento reto da ação” (BERTHAM, 1974, p. 17). Isso acontece porque tal princípio ocasiona a retidão da atitude humana (justificação), porém, essa mesma retidão acontece de acordo com o motivo previsto pelo agente. Logo, a bondade do ato humano estaria concomitante a vontade do sujeito. Isso abre uma lacuna para que os maus efeitos também sejam aprovados como atos moralmente certos e que encaminham o sujeito a felicidade, simplesmente porque o sujeito quis.

A fim de demonstrar o equívoco deste princípio, o autor faz a distinção entre a “os motivos que influenciando a inteligência de um indivíduo produzem uma ação” e o “fundamento (razão) que leva um legislador a aprovar esta ação”.

No primeiro caso, o sujeito aprova a ação porque transferiu para ela o próprio motivo do porquê executou aquela ação, ou seja, a sua intenção. O fundamento justo da aprovação seria o motivo referido, isso quer dizer que, o sujeito aprova determinado efeito de uma atitude humana porque esta era o motivo (intenção) que levou o sujeito a executar aquela ação. Já no segundo caso, a coisa é aprovada pelo indivíduo porque existe na coisa uma razão suficiente. Aqui, portanto, o sujeito aprova o efeito da determinada atitude porque em si mesmo ele é aprovável.

Com essa diferenciação o filósofo nada mais quis demonstrar que, o princípio da simpatia e da antipatia gera o subjetivismo com que as ações são moralmente julgadas. Tamanha variedade para ele empobrece a busca pela felicidade,

porque possibilita a cada indivíduo escolher o que lhe faz feliz sem nenhum princípio objetivo, chegando ao ponto de transformar a realidade.

Além do mais, dentro destes princípios existe um muito usado, que não consiste num princípio em si, mas é naturalmente uma aplicação dos três princípios já citados com uma finalidade diferente.

3.2.3 “Princípio” da vontade presuntiva

A presunção da vontade divina diz que é certo tudo aquilo que está conforme a vontade de Deus. Porém, isso cairia em um círculo vicioso, pois antes de mais nada é preciso saber o que é certo para depois verificar a conformidade com a vontade divina, em seguida, saber o que é a vontade divina.

Tendo em vista sua definição, esse “princípio” cai em um dos princípios anteriormente mencionado. Primeiro, ao jogar a aprovações dos atos para a vontade de Deus, seria o mesmo que utilizar o princípio de simpatia e da antipatia, porque a vontade de Deus seria a legislação dos atos que são aprovados ou reprovados para levar o homem a felicidade. Já quando o “princípio” da vontade presuntiva tenta recorrer a vontade revelada nas Sagradas Escrituras acaba por cair no princípio do ascetismo, cujo qual foge da realidade. Quanto a isso segue a citação do *Princípio da Moral e da Legislação* (1974), p.16:

A vontade de Deus, aqui subentendida, não pode ser a vontade revelada, tal como está consignada nas Sagradas Escrituras, visto constituírem estas um sistema ao qual ninguém hoje em dia pensa em recorrer, no que concerne aos detalhes da administração política; e mesmo no que tange aos detalhes da conduta particular dos indivíduos.

Bentham afirma com isso que, estes dois princípios contrários ao utilitarismo não desempenham o papel de serem a base fundamental do critério externo que oriente as convicções internas da natureza humana. Neste sentido, o

indivíduo estaria carente de um princípio valorativo que o conduzisse seguramente a felicidade, conseqüentemente, o princípio que melhor lhe apresentasse um caminho seria massivamente seguido⁶. Justamente por isso, o filósofo tenta proporcionar um meio de deliberação moral para que o sujeito alcance a tão sonhada felicidade.

3.3 Prazer e dor como causa eficiente, ou meio de felicidade

Esta exposição fora feita a fim de demonstrar a razão pela qual o pensamento utilitário se destaque no século XXI. Agora será exposto a razão que faz o princípio utilitário ser valorativamente sólido para líder a busca do homem à felicidade.

Na teoria de Bentham primeiramente situa-se uma forte influência humaniana. Essa influência é importante porque favorece a abrangência da influência utilitária na modernidade. Hume diz que “a utilidade é apenas uma tendência a um certo fim ao qual não somos indiferentes” (BERTHAM, 1823, Apud. PICOLI, p.12), logo, tal tendência é nada mais que a própria felicidade, visto que naturalmente os seres humanos possuem esse interesse. O autor neste sentido, apresenta o prazer e a dor como esse indicador daquilo que proporciona o gozo por esse anseio.

Assim, como conclusão do que até aqui fora dito, a desconstrução dos princípios citados, fica subentendido na contra-argumentação ao princípio utilitário dos outros períodos. Por exemplo, quando combate o ascetismo, também atinge a virtude antiga; quando desvaloriza a simpatia e a antipatia, refere-se ao subjetivismo moderno; por fim, ao comentar a vontade presuntiva, vai contra a transcendência medieval. Conseqüentemente apresenta o prazer e a dor como meio de felicidade. É então

⁶ Razão pela qual o princípio utilitário é preponderante na modernidade.

seguindo esta mesma linha do comentário de Humel⁷ que Bentham explica melhor porque que o prazer e a dor são tendências a qual o homem não é indiferente.

3.4 Intencionalidade

Bentham faz aqui questão de esmiuçar cada conceito para dizer que o princípio utilitário acontece de forma natural no homem, mesmo que ele não saiba. Estas etapas acontecem antes de cada indivíduo tomar uma decisão, de forma instantânea e simultânea. Por isso, os sujeitos geralmente não se dão conta deste processo valorativo dos bens que proporcionam a maior felicidade.

Então, quando um homem escolhe um bem, ele escolhe porque pensa que aquilo lhe fará feliz. No caso, o indivíduo acha que o escolhido o faz feliz porque lhe causa prazer, logo, o prazer seria o motivo de sua felicidade. Em seguida, sabe-se que para conseguir prazer precisa executar algumas ações, assim, a intenção na escolha daquele ato foi a de aumentar o seu prazer. Porém, o seu ato pode ser tanto bem-sucedido, como mal sucedido, de acordo com as consequências do ato escolhido.

Dessa forma se segue que, a intenção seria um destes fatores que influenciam o ato humano, e pode referir-se tanto ao próprio ato, como as consequências do ato. Porém, cabe aqui esclarecer que “as consequências de um ato não podem ser intencionais a não ser quando o próprio ato (consequente) for intencional” (BERTHAM, 1974, p.28). Ou seja, o sujeito não pode falar que a consequência foi intencional, porque como o próprio nome já diz é um efeito daquele ato. Mas foge à regra quando o indivíduo tem como pressuposto a prática de um ato

⁷ “a utilidade é apenas uma tendência a um certo fim ao qual não somos indiferentes” (*An enquiry concerning the principles of morals*. Item i, apêndice I)

com a intenção de gerar uma causa segunda, ou seja, a consequência aqui era querida pelo autor da ação.

Mas o que se discute neste tópico é que as circunstâncias envolvidas durante o evento não são julgadas moralmente. Quando se diz que o evento⁸ realizado foi bom ou mal, fala-se especificamente do evento em si, ou seja, se o ato aumentou ou diminuiu o prazer. Agora, outro detalhe é que no máximo a causa (motivo) também pode ser julgada como boa ou má, porque nela já existe a pretensão do evento.

A ação humana, portanto, tem por objeto da vontade e da inteligência tanto os atos como a causa, ao passo que, as circunstâncias não são queridas, apenas conhecidas. Dessa forma se conclui que, “a qualificação boa ou má é sempre atribuída a intenção” (BERTHAM, 1974, p. 32) e a intenção por conseguinte é tida como a natureza do motivo.

Com essa colocação conclui-se a exposição do princípio utilitário de Jeremy Bertham, tentando mostra que o argumento utilitário não é tão simples. Pois, o filósofo atrela a incompletude humana o desejo de um bem, conseqüentemente, tudo que o homem busca é com esse anseio utilitário de alcançar esse bem que lhe falta. Entretanto, um outro autor chamado Julián Marías apresenta uma diferente visão sobre o modo como o homem busca esse bem que lhe falta. É a respeito disso que o próximo capítulo irá tratar.

⁸ Processo valorativo dos bens que proporcionam a maior felicidade

4 A FELICIDADE HUMANA

4.1 Aplicação da felicidade utilitária no contexto contemporâneo

Julián Marías visa, em sua teoria, propor uma resposta ao problema, por ele evidenciado, no pensamento comum da atualidade contemporânea marcada pelo utilitarismo. O foco principal, aqui, aparece nas grandes ausências, ou seja, “há uma convicção tácita, não expressa, mas muito arraigada, de que a realidade (da felicidade) são coisas”. (MARÍAS, 1989, p.10).

Esta convicção é herança do pensamento utilitário, que busca nas coisas a felicidade, o problema então aparece, porque a atualidade nunca viveu tempos de consumismo como esses, mesmo assim, a constante da felicidade ainda é veemente. Dessa forma, o filósofo, com seus argumentos, visa demonstrar que a fonte da felicidade não está nas coisas, como o utilitarismo defendia. Assim sendo, este capítulo tem por objetivo demonstrar a natureza da felicidade, segundo outro modo.

4.2 Felicidade segundo Julián Marías

Como pressuposto, o autor parte da noção de que o homem sente falta da felicidade, ou seja, quando se diz que uma pessoa está infeliz, quer dizer que algo lhe falta. Portanto, “isso levaria a pensar que a felicidade, pelo menos em algum sentido, pertence ao homem.” (MARÍAS, 1989, p.13). Logo, a felicidade não seria uma coisa

exterior ao homem, muito menos uma mera ação, mas, na verdade, um estado, imprescindível, da natureza humana.

Decorre-se, desta noção, a razão da felicidade ser tão importante na vida humana. Acrescenta-se a isso o questionamento sobre a temporalidade deste estado, ou seja, se “a felicidade aparece como algo momentâneo” (MARÍAS, 1989, p.16) ou aparece “englobando a totalidade da vida” (MARÍAS, 1989, p.16).

Para isso, Marías alerta sobre os riscos destes pontos de vista. Primeiramente há o risco de ver a felicidade ligada a um único instante, sobretudo, ao final da vida, porque é possível se “esquecer a felicidade nesta vida”, ou talvez, “não imaginar a felicidade ultraterrena”. (MARÍAS, 1989, p.17). Depois, além desse risco, quando a felicidade é tratada no sentido de totalidade da vida, geralmente, as pessoas caem no equívoco de confundir a felicidade com o bem-estar, somente.

Dentro deste ponto encontra-se a crítica ao utilitarismo, porque Jeremy Bertham deixa por entender que a felicidade é proporcionada por tudo aquilo que gera prazer no homem. Entretanto, Marías afirma que “felicidade [...] não pode ser [...] um modelo aplicável a qualquer caso”. (MARÍAS, 1989, p.18), ou seja, não é uma fórmula generalizada, além disso, acrescenta:

Felicidade é minha felicidade, não só no sentido de que tem de possuir um carácter individual, particular, diferenciado, como, sobretudo, em que tem de ter conexão com o quem projetivo que é cada um de nós.

A felicidade é desse alguém que sou eu; mais ainda, que pretendo ser, que tenciono ser, que necessito ser. (MARÍAS, 1989, p.18)

Portanto, ao afirmar a ligação da felicidade com o “eu projetivo” nessa colocação, o autor traça o caminho para compreender a sua teoria da felicidade. Sendo assim, é indispensável o fator pessoal na busca da felicidade, pois a mesma não está atrelada somente ao aspecto material do homem, ou seja, os instintos animais de fuga da dor e busca do prazer. Pelo contrário, a felicidade humana envolve a pessoa como um todo, de maneira que, envolve toda sua unicidade, devido ao fato

de se referir a esse “alguém que sou; [...] que pretende ser, que tenciona ser, que necessita ser.” (MARÍAS, 1989, p.18).

4.2.1 Felicidade como o impossível necessário

Com o que fora exposto, Marías salienta que “o homem é o ente que necessita ser feliz” (MARÍAS, 1989, p.21), diferentemente dos animais, que “parecem satisfeitos se as condições objetivas de suas vidas lhe são favoráveis” (MARÍAS, 1989, p.21). Isso acontece porque o homem não encontra nada neste mundo que sacie essa sua necessidade de ser feliz, mesmo diante da satisfação dos seus instintos mais básicos, como, por exemplo, o saciar a fome.

Por isso, o autor diz que um grande erro do homem é achar que a felicidade está fora de si, ou seja, que necessita de uma coisa para ser feliz. Concomitantemente, ele conclui que a “felicidade não é, pois, uma ‘vida natural’⁹” (MARÍAS, 1989, p.23), ou seja, seguir um “repertório de condutas que procedem de sua condição genética” (MARÍAS, 1989, p.22). O diferencial de Marías, em relação à Bertham, está aqui, neste ponto: ao não concordar com a afirmação utilitária de que, o homem é feliz pela simples satisfação de uma vida natural e genérica.

4.3 A vida humana e a felicidade

Marías discorda disso, e como contraproposta, apresenta a felicidade relacionada, não com a satisfação dos prazeres, mas com a posse de si mesmo. A partir desta concepção, vê-se que a felicidade não está ligada a vida natural, mas a

⁹ Com esse termo “vida natural”, Marías se refere aos instintos básicos da natureza sensível, pelos quais todo animal se inclina, como, por exemplo: o instinto da preservação da espécie e o instinto de sobrevivência.

natureza humana. Por causa disso, será agora descrito o que constitui tal natureza, porque é sobre esta concepção que o autor assenta a felicidade.

Dentro de seus aspectos, a vida humana é “temporal e sucessível” (MARÍAS, 1989, p. 25), por causa disso, ela se torna insubstituível. Conseqüentemente, a responsabilidade, em cima deste aspecto, implica, à pessoa, a exigência de acertar o modo como vive, a fim de possuir o que lhe é próprio, pois a vida acaba.

Da mesma forma, a possibilidade de felicidade se dá em meio ao fator sucessível da vida. Isto quer dizer que “os dias são qualitativamente distintos” (MARÍAS, 1989, p.26), pois “o tempo da vida não é homogêneo, mas articulado em idades, e cada uma tem suas possibilidades, suas aparências, suas limitações” (MARÍAS, 1989, p.26). Ou seja, a vida é sistemática, ao ponto de ligar etapa a etapa, e fazer com que uma dependa e/ou condicione a outra.

Portanto, a vida humana é irrevogável, “sobretudo, (porque) constatamos que as coisas deixam sua marca” (MARÍAS, 1989, p.27). Conseqüentemente, a vida, na medida em que passa, é possuída de maneira imperfeita e deficiente, já que não se pode conseguir tudo o que deseja, neste sentido é imperfeita. E cada conquista se dá de modo incompleto, ou seja, deficiente, porque ainda não é a felicidade em si. Por causa disso, a esperança de felicidade, do sujeito, deve estar na definição de eternidade, segundo Boécio: a posse simultânea e perfeita de uma vida interminável. (MARÍAS, 1989, p.27)

4.3.1 Homem como animal descontente

Tendo em vista o caráter temporal e sucessível da vida, cabe à estrutura humana a escolha da melhor trajetória para a felicidade. Por isso, Marías diz que: “o homem, a rigor, não tem natureza (conforme os outros animais)” (MARÍAS, 1989, p.22).

Ou seja, o homem não segue um conjunto de condutas e regras pré-definidas. A isso se segue o comentário do filósofo:

Vivemos em casa, comemos os produtos da cozinha, bebemos bebidas artificiais, fumamos, viajamos em veículos mecânicos, lemos jornais e livros, falamos por telefone, vemos a televisão, assistimos a conferências; nada disso é natural. [...] O que o homem faz não lhe é oferecido por uma natureza: o tem de escolher, tem de imaginá-lo e depois tentar realizá-lo, com melhor ou pior sorte. (MARÍAS, 1989, p.22)

O autor, com tal comentário, reforça que a felicidade não está na vida natural. Dentro disto, é interessante destacar que o homem busca as coisas naturais para se saciar, mesmo sabendo que a felicidade é impossível neste mundo. Porém, o curioso é que não é fácil para as pessoas prescindirem de coisas, visto que, elas geralmente não possuem a certeza de ter acertado na sua escolha. Da mesma forma, “toda escolha é, ao mesmo tempo, exclusão (do que não foi escolhido)” (MARÍAS, 1989, p.27), pois, como anteriormente fora dito, “a vida é irrevogável” (MARÍAS, 1989, p.27) e nenhuma coisa sacia o coração do homem.

Então, por causa disso, o sujeito tende a fazer um balanço vital depois de alguma escolha, para perceber se está sendo feliz ou não; se a sua escolha contribuiu para a felicidade de sua vida ou se foi apenas um prazer passageiro. Esta diferença é fundamental para o filósofo, porque, anteriormente, em Jeremy Bertham, não havia tal responsabilidade para com as escolhas. Conseqüentemente, perante esta integralidade da felicidade de Julián Marías como balanço vital de toda vida, o prazer e a dor utilitários tornam-se, apenas, sentimentos momentâneos. Enquanto que, a felicidade, aqui exposta, afeta, primariamente, o futuro e o resumo de toda vida.

Portanto, a felicidade aparece como o resumo destas escolhas durante a vida, ao passo que, a pessoa somente faz seu veredito no último balanço vital. Após

esse balanço, conclui se realmente teve uma vida que possa ser chamada de feliz, para, enfim, gozar desta posse de si, na eternidade de uma vida plena.

4.3.2 A realidade da felicidade como realização da pretensão

Por fim, Julián Marías apresenta a felicidade como a realização da pretensão daquilo “que tenciona ser” (MARÍAS, 1989, p.18). Isso acontece porque, conforme anteriormente fora visto, a vida humana é possuída por meio das trajetórias escolhidas e rejeitadas pela pessoa. Deste modo, a felicidade realmente estaria ligada com a realização da pretensão, devido ao fato de que a trajetória escolhida foi eleita por causa da pretensão desta lhe proporcionar a felicidade.

Assim, a afirmação do autor se desenrola perante as diversas pretensões que o indivíduo pode realizar em sua vida. Na continuação deste pensamento, Marías conclui que existem graus de felicidade, já que existem múltiplas e complexas trajetórias, entretanto, a felicidade não está relacionada com a realização de uma pretensão. O próprio autor evidencia que muitas pessoas se consideram felizes pela realização de uma pretensão, ou mesmo de um grupo delas, porém, mesmo um conjunto de pretensões (casa, carro, trabalho, faculdade) é diferente da realização da vida em si. Logo, “o homem é feliz, mas não de todo” (MARÍAS, 1989, p.34), porque não consegue realizar tudo aquilo que pretende.

Referindo-se a tal realidade, o filósofo cunha um termo chamado de instalação, por meio do qual retrata a felicidade em meio à estrutura paradoxal do homem de saber que a felicidade é um impossível necessário nesta vida. Curioso, no entanto, é saber que as pessoas traçam trajetórias que as proporcionam ser feliz, embora não completamente. Apesar disso, para o autor, o que nesta vida está em jogo

não é a realização completa da felicidade, mas a operação unitária de estar instalado nesta trajetória. Quanto a isso, Marías comenta:

É frequente que as pessoas, para as quais tudo vai muito bem, estejam no fundo descontentes, azedas, mal humoradas; é que procuraram coisas e conseguiram coisas – dinheiro, posição social, postos importantes -, porém, sua vida, como operação unitária, não se realiza adequadamente, e assim têm uma vida cheia de coisas, mas que não é sua. (MARÍAS, 1989, p.34).

Portanto, essa colocação retrata que a felicidade é quando o sujeito se vê instalado na trajetória de sua pretensão vital. Da mesma forma, a felicidade de um sujeito também pode escapar quando o mesmo não consegue ver que “se pode ser feliz em meio a bastante sofrimento” (MARÍAS, 1989, p.34). Não que seja preciso passar por algum sofrimento, mas que, também, em meio ao bem-estar, a felicidade não é garantida. Por causa disso, a felicidade é esquecida quando se tenta buscar, primeiramente, os prazeres e os êxitos do bem-estar, enquanto que a vida, como um todo, é deixada de lado.

Tamanho argumento vai diretamente contra a teoria da maior felicidade de Jeremy Bentham, visto que as coisas não trazem esta felicidade integral. Essa questão acontece porque as coisas externas não proporcionam, ao homem, a instalação, ou seja, é um desfrutar daquilo, não uma coisa inexoravelmente própria, um “me tornar”, ou seja, uma atualização metafísica¹⁰.

Por causa disso, Marías reitera que a vida é composta de momentos, que, por sua vez, diferentemente do tempo cronológico, seguem um tempo que não é fixo, mas a prazo. Ou seja, o deleite das coisas externas não está simplesmente no gozo que elas oferecem, mas no momento de instalação da posse do eterno. Tanto que, conforme o costume, o tempo parece passar depressa quando gostamos de algo,

¹⁰ Uma atualização metafísica é, segundo Aristóteles e Tomás, o meio pelo qual o ser seja a sua perfeição, ou seja, ao vir a ser, cada ente possui, em si, potências que proporcionam o leque de possibilidades do ente vir a ser. Deste modo, na medida em que atualiza essa sua potencialidade, torna-se (o seu ser) mais perfeito.

porque, segundo essa noção, esses momentos tiram o homem dessa vida e o aproximam do fim, como se experimentasse a eternidade.

4.4 Distinção entre prazer e felicidade como instalação vetorial

Depois de tudo o que foi visto até aqui, a partir deste autor, torna-se possível concluir que a felicidade é possuída na medida em que a pessoa realiza a operação unitária de sua vida única e singular. Por causa disso se distingue da felicidade utilitária, assim, melhor será desenvolvida essa diferença.

O psíquico (prazer) é um ingrediente da felicidade ou seu acompanhamento, algo concomitante, mas não é a felicidade. Em outro sentido, as estruturas da sociedade podem ser os requisitos que tornam possíveis ou mais prováveis ou frequentes a felicidade, mas essa não consiste nisso. (MARÍAS, 1989, p.261)

Pós *factum*, Mariás tenta deixar claro que a felicidade não é o prazer, nem um ânimo psíquico e nem a soma dos prazeres. A realidade da felicidade, como fora dito, estaria naquilo que afeta “essa operação unitária que chamamos viver” (MARÍAS, 1989, p.262). Visto isso, o filósofo demonstra sua argumentação por meio da “pretensão intrínseca de perduração no estado da felicidade” (MARÍAS, 1989, p. 262) existente, ao longo de toda história humana, em cada pessoa. Revelando assim, que o “ser feliz é e pretender continuar sendo” (MARÍAS, 1989, p. 262), ou seja, independentemente destas realidades (prazer, ânimo, fama), o homem, pelo simples fato de buscar a felicidade de alguma forma, já se põe na posse dela.

Em relação a isso, percebe-se que a fugacidade da felicidade nessas coisas secundárias à felicidade não exclui a possibilidade de instalação nesta trajetória de ser feliz. Por causa disso, a felicidade não estaria nestas coisas, mas as

coisas que estariam dentro da trajetória do estado para a felicidade. Portanto, as coisas não são necessárias ao estado feliz, logo, não representam a felicidade em si, e, por isso, podem ou não acompanhá-la.

O problema reconhecido por Marías, na teoria de Jeremy Bertham, foi justamente essa identificação da felicidade com o prazer. Tal identificação não pode ser feita, pois o prazer não afeta a pessoa como um todo, somente a parte psíquica do sentimento. Mesmo assim, o prazer não é de todo ruim, porque, como visto, ele, de alguma forma, contribui para tal. Por isso, Marías distingue o mero prazer, do prazer que acompanha a felicidade. O primeiro é uma vivência específica, momentânea, enquanto que, o segundo, é a consequência da instalação em uma trajetória pretendida, logo, afeta a pessoa em sua raiz.

Portanto, Marías, com sua teoria, tenta demonstrar o porquê da felicidade não se identificar com o prazer e, conseqüentemente, com o bem-estar. A respeito disso, ele afirma que “quando uma pessoa é feliz, e à medida que o é, sua vida inteira fica transfigurada, transformada, as coisas adquirem um sentido novo” (MARÍAS, 1989, p.264). Logo, a felicidade envolve a totalidade da vida e a transforma, já o bem-estar afeta apenas uma dimensão da vida.

Com isso, conclui-se com o auxílio da colocação de Leibniz, que a felicidade é, para as pessoas, o que a perfeição é para os entes. Ou seja, o alcançar da plenitude da operação unitária da vida, o gozo da posse de si mesmo, a realização da pretensão mais vital do sujeito e o instalar-se na singularidade da trajetória, que lhe é própria a cada pessoa. Isso tudo sem esquecer que essa plenitude somente é possível ser atingida na eternidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A felicidade, portanto, mediante esse desejo ardente de buscar completar o que lhe falta, seria o deleite do homem em alcançar a coerência de sua vida com a particularidade transcendental do seu ser. Assim, a alma humana, porque consegue deliberar sobre o exercício da inteligência, consegue eleger bens que a aproximam de sua finalidade.

A vida, assim, para o homem configura-se como o meio de vir-a-ser o que sua natureza implica. Isso o faz quando, olhando para as coisas, percebe que elas lhe oferecem uma possibilidade de se aperfeiçoar, ou melhor, adquirir perfeição. Porém, conclui-se com esse trabalho, que a felicidade pode sim requerer o bem-estar, ou mesmo realizar uma pretensão, porém tais fatores são condição que possibilitam uma vida feliz, mas não são a felicidade em si.

Por causa disso, felicidade é a realização da pretensão vital, que afeta toda operação unitária chamada vida, assim como fora apresentada por Julián Marías. Principalmente porque seu conceito de felicidade aborda o homem como um todo, inclusive sua transcendência, fazendo assim que até os aparentes fracassos façam parte de uma Vida Feliz. Desde que estejam dentro do “eu projetivo”, ou seja, que façam parte das possibilidades daquele sujeito.

Da mesma forma, esse conceito de Julián Marías faz notar que a citada felicidade utilitária aplicada a uma sociedade como um todo desconstrói o aspecto pessoal da felicidade, aplicando-a mera estatística, excluindo as singularidades de cada época, de cada país, de cada cidade. A felicidade utilitária parece, portanto, ser

uma construção social de interesse econômico, desconexo da realidade transcendental da pessoa mesma, da realização da sua autenticidade, do seu ser.

Portanto, essa felicidade como *impossível necessário* apresentada por Julián Marías parece ser a melhor resposta para o anseio humano de tomar posse de si mesmo e gozar do Sumo e Verdadeiro Bem (Deus).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Parte III. São Paulo: Loyola, 2003.

BENTHAM, Jeremy. **Princípio da moral e da legislação**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores, vol. 34.

_____. **An introduction to the principles of morals and legislation**. 2. ed. Londres: [s.n.], 1823. Reimpressão: Buffalo: Prometheus Books, 1988.

CASTRO, Guilherme Fortes Monteiro de. A filosofia natural e a busca da felicidade: epicurismo e estoicismo e sua relação com o Ser. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 117, out. 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13702>. Acesso em: jan. 2018.

LEIBNIZ, G. W.. **Essais de Théodicée**. *Essais de Théodicée*. Paris: Aubier – Editions Montaigne, 1962,.

MARÍAS, Julián. **A felicidade humana**. Trad. Diva Ribeiro de Toledo Piza. São Paulo: Duas Cidades, 1989.

OLIVEIRA, Janduí Evangelista de; COSTA, Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes. A felicidade na filosofia de Tomás de Aquino. **Ágora Filosófica**, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011-65.

SANTOS, Danilo Nobre dos. **A felicidade e sua busca no De beata vita de Santa Agostinho**. Marília, 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciência, 2016.

SANTOS, Joge Augusto, Ética e “Felicidade” em Platão e Aristóteles: semelhança, tensões e convergências. **Cadernos de Atas da ANPOF**, n. 1, 2001.

STORK, Ricardo Yepes; ECHEVARRÍA, Javier Aranguren. **Fundamentos de antropologia**: um ideal da excelência humana. Trad. Patrícia Carol Dwyer. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2005.

PICOLI, Prof. Dr. Rogério Antonio (CAO/UFSJ). Utilitarismo, bentham e a história da tradição. "Existência e Arte". **Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei**, ano V, n. V, jan.-dez. 2010.